

Brossard estuda solução para 87

ANC 88
Pasta Outubro/86
093

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, que é favorável à instituição de uma comissão interna, que teria delegação de poderes da própria Assembléia Nacional Constituinte, para funcionar como legislativo ordinário nos casos especiais em que fosse necessário se pronunciar sobre medidas urgentes e inadiáveis de interesse do País.

Segundo o ministro, "não é possível que uma assembléia funcione simultaneamente como Constituinte e Legislativo ordinário", lembrando que, além do interesse na elaboração da Nova Constituição com a maior brevidade, há, ainda, o inconveniente de exame, discussão e votação da legislação ordinária, o que, segundo ele, prejudicaria os trabalhos constitucionais.

O ministro disse entender que "seria de toda utilidade que a Assembléia ficasse encarregada de elaborar a nova Constituição — assim foi em 1890, 1933 e 1946 — e vencida essa fase, o Poder Legislativo voltaria a ser



Câmara e Senado como legislativo comum" e Brossard adiantou que nesse período as atribuições ordinárias no Congresso poderiam ser resolvidas de duas maneiras: o Executivo — por decretos e decretos-leis — exerceria o Poder Legislativo. Ressaltou, porém, o ministro da Justiça, que essa não é, a seu ver, a melhor solução.

Ele disse que outra solução seria, nos casos em que o Presidente da República, necessitasse baixar medidas de urgência, de caráter inadiável, poderia propor à Assembléia esse ou aquele diploma legal:

"Só o Presidente poderia propor e só através dele é que a Assembléia seria chamada a opinar".

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, considerou a proposta do ministro da Justiça, Paulo Brossard, da delegação de poderes da Assembléia Constituinte a uma comissão para tratar de matéria ordinária, como "mais uma proposta que enriquece o debate sobre a questão".

Marco Maciel conversou com os jornalistas durante a exposição de artes plásticas que ele inaugurou hoje cedo no térreo do Palácio do Planalto. "Tem que se encontrar uma solução para questão", observou. Marco Maciel não quis dizer, porém se a proposta do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (semelhante a de Brossard, mas com 70 membros) seria melhor ou pior que a do ministro da Justiça:

"Não sei qual será a fórmula melhor. Eu ainda não tenho uma proposta, mas acho que devemos discutir. Não podemos ter, no próximo ano, quatro casas legislativas se reunindo (Câmara, Senado, Congresso e Assembléia Constituinte).

Igreja vai defender suas idéias

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter, disse ontem que a Igreja Católica vai acompanhar os trabalhos da Constituinte e, se necessário, pressionar o novo Congresso para que aprove matéria de seu interesse.

O trabalho preliminar da Igreja já está sendo feito nas bases religiosas, mediante distribui-

ção de cartilhas e convocação de candidatos para debates com os fiéis nas paróquias. O próximo passo, segundo Dom Ivo, é influenciar os constituintes a nível federal.

A Igreja, segundo ele, tem alertado os eleitores para não votarem em candidatos que estejam gastando muito dinheiro nas campanhas eleitorais.

"A gente pede que eleitores

sejam conscientes e que reflitam muito antes de votar. Eu fico até contente com o índice grande de indecisos em alguns Estados, pois isso comprova que os eleitores estão refletindo sobre os candidatos. Os candidatos devem ser competentes, honestos e já devem ter dado provas de que trabalham pelo bem comum. Se estas pessoas forem eleitas teremos uma boa constituição" - afirmou.

Minas instala mini-Constituinte

Belo Horizonte — A "mini-Constituinte", formada por crianças de dez a dezesseis anos que exercem o papel de deputados e senadores, foi instalada ontem, em Belo Horizonte, pela Assembléia Legislativa, para elaborar uma mini-carta a ser entregue sexta-feira (31) ao presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. Os trabalhos foram "oficialmente" abertos pelo presidente da Assembléia, deputado Dalton Canabrava (PMDB), que destacou a importância da iniciativa para aumentar o interesse pela Assembléia Nacional Constituinte em todo o País.

A "mini-Constituinte" tem a presença de mais de cem crianças das escolas públicas (estaduais e municipais) e particulares de Minas, discutindo educação, saúde, violência urbana, menor abandonado, segurança pública, enfim, todos os assuntos que interessam aos partici-

pantes que exercerão a sua cidadania plena no século XXI, quando o País terá os reflexos da Constituinte de 1987.

Para a deputada-constituinte Marta Valéria Penna, 16 anos, aluna da 8ª série do Colégio Palomar, o mais importante para o novo Brasil é organizar-se porque "as coisas não estão no devido lugar como desejam as crianças e o povo em geral", sendo necessário, ainda, que todos escolham bem os seus representantes eleitos no próximo dia 15, "para que tenhamos um Brasil melhor, mais desenvolvido e justo". Ela acha, ainda, que o mais importante é oferecer educação para os brasileiros, cuja população maciçamente é formada por jovens, como ela, para que tenha condições de colaborar com o novo Brasil.

O estudante Zilmar Dias Figueiredo, 18 anos, da rede esta-

dual e deficiente visual, defende na mini-constituinte "o direito de todo cidadão à educação". Sobre sua situação particular, respira fundo e emenda: "O deficiente deve ser reabilitado para a sociedade". Falando sempre num tom alto de voz, diz também da importância de ser independente: "Ninguém tem de ler para mim porque há muitas obras especializadas em braile".

Os integrantes da "mini-Constituinte" foram escolhidos de forma democrática, a partir de eleição direta nas escolas, participando dos trabalhos até sexta-feira (31), quando será eleito o presidente da mini-Constituinte e toda a mesa diretora. Esse presidente vai a Brasília, no mesmo dia, levar ao presidente José Sarney as sugestões da população infantil de Minas para a primeira Carta Constitucional da Nova República.